

A EXPERIÊNCIA E O SABER
DA EXPERIÊNCIA DA JUSTIÇA
RESTAURATIVA NO BRASIL
práticas, discursos e desafios

CONSELHO EDITORIAL

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

FERNANDA CARVALHO DIAS DE OLIVEIRA SILVA

Universidade de São Paulo
Faculdade de Direito
Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito – DFD

A EXPERIÊNCIA E O SABER
DA EXPERIÊNCIA DA JUSTIÇA
RESTAURATIVA NO BRASIL
práticas, discursos e desafios

Tese de Láurea apresentada ao Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito – DFD, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Doutor Samuel Rodrigues Barbosa.

2021

A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil: práticas, discursos e desafios

© 2021 Autor

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonas Eliakim

Produção editorial Aline Fernandes

Diagramação e capa Laércio Flenic

Revisão de texto Samira Panini

Imagem da capa iStockPhoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Silva, Fernanda Carvalho Dias de Oliveira
A experiência e o saber da experiência da justiça
restaurativa no Brasil : práticas, discursos e desafios /
Fernanda Carvalho Dias de Oliveira Silva. - São Paulo :
Blucher, 2021.
250p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5550-157-5 (impresso)
ISBN 978-65-5550-158-2 (eletrônico)

Open Access

1. Direito 2. Justiça restaurativa - Brasil I. Título

21-5118

CDD 345.8105

Índices para catálogo sistemático:
1. Direito : Justiça restaurativa - Brasil



Para Caio Thomé, minha paz

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Samuel Rodrigues Barbosa, pela troca, pela paciência e por valorizar a pesquisa empírica e a diversidade.

Agradeço ao Professor João Salm, que integrou a banca avaliadora deste trabalho, pela generosidade, pelas sugestões e por compartilhar sua percepção tão potente sobre o que é a justiça restaurativa e como devemos praticar e construí-la.

Agradeço à Faculdade de Direito do Largo São Francisco pela minha formação, pelas oportunidades que tive de construir caminhos e perspectivas a partir do estudo, da pesquisa e da extensão, e por ser a morada da amizade, do pensamento crítico, do conflito e do aprendizado coletivo.

Agradeço ao Núcleo de Justiça Restaurativa da USP (Nujures USP), em especial, à Adriana Borghi, minha companheira de coordenação, pela coragem de tecer algo tão único, e pela forma como aprendemos a partilhar o saber de forma acolhedora e engajada, de mãos dadas, e corações abertos; bem como ao Prof. Dr. Geraldo Miniuci, por acreditar e caminhar conosco nessa jornada. Agradeço também a todas as mulheres que também integram a coordenação atual do Nujures – Ana Lucia Prado Catão, Carolina Fetchir Ribeiro da Silva, Flávia Palma Resende, Gislene Isabel Molina Chieratti, Grazielly Rocha de Arruda, Michelle

Fonseca de Oliveira, Renata Zarantonelli Barbosa e Susana Caetano de Souza –, que honram e enriquecem essa construção com tanto afeto e sabedoria.

Agradeço ao Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP) e a todos os seus educadores e colaboradores, pelo trabalho tão importante para a construção da justiça restaurativa no Brasil e para a transformação das estruturas violentas e desiguais no território do Capão Redondo. Agradeço por minha formação como facilitadora e coconstrutora do saber sobre a justiça restaurativa.

Agradeço à Comissão Especial de Justiça Restaurativa da OAB/SP, em especial à presidenta Viviane Cantarelli, pela coragem e pela construção de projetos tão importantes para o desenvolvimento da justiça restaurativa no Brasil, bem como pelo apoio e pela divulgação desta pesquisa.

Agradeço à Petronella Boonen pela generosidade e acolhimento de quem eu sou, e por partilhar dessa “inquietação que vai gerando respostas”. Agradeço por me ensinar tanto sobre a justiça restaurativa, e por ser tão inspiradora em sua forma de ser e estar no mundo.

Agradeço à Joana Blaney por sua sabedoria e por sua forma generosa e acolhedora de ensinar e compartilhar experiências tão ricas sobre a justiça restaurativa.

Agradeço à Sabrina Paroli, pelo aprendizado, paciente, amoroso e cuidadoso, das Práticas Circulares e da justiça restaurativa.

Agradeço ao Nirson Medeiros da Silva Neto, por compartilhar sua história e suas experiências de maneira tão generosa, e por me ensinar tanto sobre a justiça restaurativa e a comunidade.

Agradeço ao Maike Kumaruara, pela parceria e pela sabedoria.

Agradeço ao juiz Marcelo Malesso Salmaso pela disponibilidade e contribuições para este trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram para a circulação e envio de respostas ao formulário de pesquisa, além das já mencionadas, especialmente à Miriam Bernadete de Souza, Andrea Svicerio, Michelle Oliveira, Celia Passos, Daniel Achutti, Mayra Furlanetto, Suzane Costa, Ludmilla Rocha de Lima, Renata Gusmão, Ana Carla Safadi, dentre tantas outras.

Agradeço à minha mãe, Cecília Cristina Carvalho Dias Oliveira Silva, que contribuiu para esse trabalho com sugestões, comentários e revisões, e que caminha ao meu lado na jornada do estudo e da construção da justiça restaurativa desde o início; por seu acolhimento, seu amor, sua parceria e sua generosidade incondicionais.

Agradeço à minha avó, Alice Carvalho Dias de Oliveira, por me ensinar a ter fé, a persistir e a agradecer.

Agradeço ao meu companheiro, Caio Thomé, pelo apoio e entusiasmo com a pesquisa, e por cultivar os valores da justiça restaurativa nas suas vivências e em nossa relação.

Agradeço ao meu pai, Hugo de Oliveira Silva Júnior, e ao meu irmão, Hugo de Oliveira Silva Neto, por me ensinarem sobre a potência do conflito e do diálogo.

Por fim, agradeço principalmente aos povos, comunidades e agentes que cultivaram e honraram os valores que hoje constituem o que chamamos de justiça restaurativa; e a todos aqueles e aquelas que participaram e participam da justiça restaurativa que tem sido construída e teorizada em diversos países e regiões.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço

Jorge Larrosa Bondía

Notas sobre a experiência e o saber de experiência

RESUMO

SILVA, Fernanda Carvalho Dias de Oliveira. **A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil: práticas, discursos e desafios**. Tese de Láurea – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

Este trabalho apresenta um mapeamento das experiências e dos discursos produzidos sobre as experiências de justiça restaurativa no Brasil, tanto pela literatura, quanto pelos sujeitos que protagonizaram e protagonizam essas experiências no campo da prática. Esse mapeamento foi realizado a partir de dois eixos: uma revisão da literatura e dos relatos sobre o percurso da justiça restaurativa no Brasil, e uma pesquisa empírica sobre as iniciativas de justiça restaurativa que estão em desenvolvimento no Brasil, com base em um formulário de questões, amplamente divulgado, bem como entrevistas com representantes de instituições que desenvolvem programas de justiça restaurativa no país. Inicialmente, apresenta-se um panorama sobre o conceito, a origem e as principais características e valores da justiça restaurativa segundo a literatura nacional e internacional. Quanto à perspectiva histórica do desenvolvimento da justiça restaurativa no Brasil, verifica-se que, apesar de existir uma “narrativa oficial”, no sentido de que os primeiros projetos teriam se desenvolvido a partir de 2005, por meio

de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, já existiam projetos de justiça restaurativa no Brasil desde a década de 1990, como os Círculos Restaurativos desenvolvidos por Dominic Barter no Rio de Janeiro. Após a apresentação dos resultados da pesquisa empírica, apresenta-se uma análise crítica, levantando questionamentos sobre os dados obtidos e pontos a serem aprofundados em futuras pesquisas. Quanto às tensões entre justiça restaurativa comunitária (ou na comunidade) e no Poder Judiciário, conclui-se que essa discussão é indispensável para o entendimento acerca do papel da comunidade na justiça restaurativa no Brasil. Apresenta-se uma breve sistematização dos múltiplos sentidos de comunidade encontrados no campo da teoria e da prática ao longo da pesquisa. Conclui-se que esses dois campos – teoria e prática – apresentam necessidades que poderiam ser atendidas a partir de um diálogo mais presente e cuidadoso, inspirado nos valores da justiça restaurativa.

Palavras-Chaves: justiça restaurativa; justiça comunitária; resolução alternativa de conflitos; administração da justiça; Brasil.

ABSTRACT

SILVA, Fernanda Carvalho Dias de Oliveira. **The experience and the knowledge about the experience of restorative justice in Brazil: practices, narratives and challenges.** Tese de Láurea – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

This paper presents a mapping of the experiences and narratives on the experiences of restorative justice in Brazil, from the first experiences self-titled as restorative justice experiences, in the 1990s, until now. The mapping, which was done in 2020, is based on an empirical research about the profile of restorative justice programmes which are currently active in Brazil, based on a survey conducted among a wide range of stakeholders as well as interviews with representatives of institutions that are engaged in restorative justice programmes in Brazil. The paper provides an overview on the concept and origins, as well as the main aspects, values and practices of restorative justice according to national and international literature. Further on, it presents the main criticisms and warnings found in the literature on restorative justice, mainly in the context of its interactions with the public institutions. It also presents a historical background of the development of restorative justice in Brazil, first presenting the “official narrative” that seems to prevail in the literature, according to which the restorative

justice programmes in Brazil would have started with a partnership between the United Nations Development Programme and the Secretariat for Judicial Reform of the Ministry of Justice, in 2005; then presenting a folk-based narrative, which states that there have been restorative justice programmes in Brazil since the mid-1990s, and which includes stakeholders who tend to be left out of the official narrative, such as communities in slums in Rio de Janeiro, which have developed the Restorative Circles, together with Dominic Barter. After the results of the empirical research are presented, a critical analysis is carried out, raising issues which should be further explored in future research - such as the conceptions of “community” that arise in different contexts of restorative justice in Brazil. To deepen the questions and critical inputs presented, the paper concludes that there should be a deeper and more careful dialogue between theory and practice, inspired on the values of restorative justice.

Keywords: restorative justice; community justice; alternative dispute resolution; justice administration; Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Excerto do relatório da consulta pública realizada pelo CNJ – 2019	102
Figura 2: Respostas por estado	119
Figura 3: Existência de vínculo ou parceria com o Poder Público	120
Figura 4: Tempo de existência	121
Figura 5: Atuação dos núcleos/projetos que possuem vínculo com o Poder Público	122
Figura 6: Atividades desenvolvidas	124
Figura 7: Periodicidade dos círculos/práticas	128
Figura 8: Perfil dos facilitadores/profissionais	130
Figura 9: Meio de ingresso dos facilitadores no núcleo/projeto	131
Figura 10: Perfil do público atendido pelo núcleo/projeto	133
Figura 11: Financiamento do núcleo ou projeto	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atividades desenvolvidas pelos núcleos/projetos

124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Outras práticas de justiça restaurativa	125
Quadro 2: Núcleos/projetos que têm vínculo, acompanhamento ou parceria com órgãos do Poder Público	209
Quadro 3: Núcleos/projetos sem vínculo ou parceria com órgãos do Poder Público	229

LISTA DE SIGLAS

AASPTJ - Associação de Assistentes e Psicólogos do Tribunal de Justiça

Ai.Bi - *Associazione Amici dei Bambini*

ANPP - Acordo de Não Persecução Penal

CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

CEJURE - Centro de Justiça Restaurativa da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo

CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CGF - Conferências de Grupo Familiar

CHCH - *Community Holistic Circle Healing*

CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo

CHOP - Programa de Análise e Resolução de Conflitos Internacionais no *Weatherhead Center for International Affairs*

CIDEJURE - Comissão de Implementação, Difusão e Execução da Justiça Restaurativa

CJP - Comissão de Justiça e Paz

CJUÁ - Clínica de Justiça Restaurativa da Amazônia

CLP - Comissão de Legislação Participativa

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNV - Comunicação Não Violenta

CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

DFD - Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito

EaD - Ensino/Educação a Distância

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ESMPA - Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará

ESPERE - Escolas do Perdão e da Reconciliação

EVOC - Encontros Vítima-Ofensor-Comunidade

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo (antiga Febem)

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FDUSP - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

FGC - *Family Group Conference*

FIG - Faculdades Integradas de Guarulhos

Funac - Fundação da Criança e do Adolescente

GEAJUS - Grupo de Estudos em Aplicação Sistêmica do Direito e Justiça

Restaurativa GGEM - Grupo de Gestão das Equipes Multidisciplinares

GIMCE - Grupo Interprofissional de Mediação de Conflitos Escolares

IBCCrim - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

IDCB - Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília

IES - Instituição de Ensino Superior

IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos (da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

IIRP - Instituto Internacional de Práticas Restaurativas

JR - Justiça Restaurativa

MEDIAJUR - Núcleo de Mediação e Justiça Restaurativa

NPR - Núcleo de Produtividade Remota

NUGJUR - Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa

NUJURES USP - Núcleo de Justiça Restaurativa da USP

NUPEMEC - Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OAB/SP - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RCS - Revista Ciências da Sociedade

REDP - Revista Eletrônica de Direito Processual

SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

SIC - Serviço de Informações ao Cidadão

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TDH - Instituto *Terre des Hommes* Brasil

TJAC - Tribunal de Justiça do Estado do Acre

TJAL - Tribunal de Justiça de Alagoas

TJAM - Tribunal de Justiça do Amazonas

TJAP - Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

TJBA - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

TJCE - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

TJGO - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

TJMT - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

TJPB - Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

TJPI - Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

TJPR - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TJRN - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

TJRO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TJRR - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

TJSE - Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

TJTO - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

TRF - Tribunal Regional Federal

TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

TRF3 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TRF5 - Tribunal Regional Federal da 5ª Região

TRFs - Tribunais Regionais Federais

UCT - Universidade de *Cape Town*, África do Sul

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UME - Unidade Municipal de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USP - Universidade de São Paulo

VOC - Conferência Vítima-Ofensor-Comunidade/*Victim Offender Conferencing*

SOBRE A AUTORA

Minha trajetória na justiça restaurativa teve início em meu primeiro semestre de graduação na Faculdade de Direito da USP, a partir de discussões realizadas no âmbito do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), atividade de cultura e extensão, com foco em possíveis alternativas ao sistema carcerário.

A partir dessas discussões, passei a me aprofundar no estudo da justiça restaurativa, de modo que entrei em contato com os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP), no início de 2018.

Em julho do mesmo ano, participei do curso de “Fundamentos de Justiça Restaurativa”, oferecido pelo CDHEP, ministrado por Petronella Boonen e Joana Blaney, onde pude vivenciar os valores e a filosofia da justiça restaurativa, compreendendo melhor temas como o poder, o perdão, a reconciliação, as necessidades e os sentimentos humanos.

Em novembro de 2018, participei do Fórum de Justiça Restaurativa Comunitária no Brasil, em que foram discutidos os princípios da justiça restaurativa comunitária, o potencial transformador da justiça restaurativa diante de

desigualdades de gênero, raça e classe, bem como tensões entre a justiça restaurativa comunitária e a justiça restaurativa no Poder Judiciário.

Posteriormente, realizei o curso de “Processos Circulares e Práticas Restaurativas”, oferecido pelo CDHEP, ministrado por Sabrina Paroli, e os cursos de “Conferência de Grupo Familiar” e de “Círculos Vítima-Ofensor-Comunidade”, ministrados por Petronella Boonen e Joana Blaney, além do curso “Sistema Criminal e Justiça Restaurativa: tensões criativas”, ministrado por Petronella Boonen e Luís Bravo.

A partir de então, passei a atuar e estudar a justiça restaurativa como facilitadora, inspirada por discussões que tive contato no CDHEP sobre desafios e potencialidades das experiências de justiça restaurativa no Brasil.

Nesse contexto, fui convidada para integrar a construção da Comissão Especial de Justiça Restaurativa da OAB/SP, onde pude compreender melhor as redes e projetos de justiça restaurativa no estado de São Paulo.

Em 2019, fundei, em conjunto com Adriana Borghi e Marco Antônio Souza, sob orientação o Prof. Dr. Geraldo Miniuci Ferreira Junior, do Departamento de Direito Internacional da USP, o Núcleo de Justiça Restaurativa da USP (Nujures USP), atividade de cultura e extensão na FDUSP que visa ao aprendizado e à construção da justiça restaurativa por meio da experiência e da reflexão coletiva sobre a literatura e sobre as práticas de justiça restaurativa desenvolvidas no Brasil.

Atualmente, integro a coordenação do Nujures USP e participo do comitê de organização de uma iniciativa internacional idealizada por estudantes da *Singapore University of Social Sciences* em conjunto com a *Govenors State University*, de Chicago, denominada “*Just Justice Talk*”, voltada à promoção de discussões sobre justiça restaurativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	31
2. A POLIFONIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	37
2.1 ALGUMAS VOZES: O CONCEITO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	37
I. MUDANÇA DE PARADIGMA.....	45
II. RAÍZES ANCESTRAIS.....	46
III. A RESTAURAÇÃO DO JUSTO E A REPARAÇÃO DOS DANOS.....	50
IV. ABORDAGEM BASEADA EM VALORES E NECESSIDADES	54
V. FACILITAÇÃO.....	57
VI. COMUNIDADE.....	58
2.2 CRÍTICAS E ALERTAS SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA	65
2.3 PRINCIPAIS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL.....	69
I. PROCESSOS CIRCULARES E CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ (<i>PEACEMAKING CIRCLES</i>)	71
II. CONFERÊNCIAS DE GRUPO FAMILIAR – CGF (<i>FAMILY GROUP CONFERENCES – FGC</i>)	74
III. CONFERÊNCIAS/CÍRCULOS VÍTIMA-OFENSOR-COMUNIDADE – VOC (<i>VICTIM OFFENDER CONFERENCING</i>).....	75
IV. CÍRCULOS RESTAURATIVOS (<i>RESTORATIVE CIRCLES – RC</i>).....	77
2.4 A HISTÓRIA CONTADA SOBRE O PERCURSO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL	79
I. A NARRATIVA “OFICIAL”	79
II. OUTRAS VOZES.....	85
III. DIRETRIZES E NORMATIVAS	93
IV. CENÁRIO ATUAL.....	100

MAPEAMENTO DOS NÚCLEOS E PROJETOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA ATIVOS NO BRASIL.....	107
3.1 METODOLOGIA	107
I. FORMULÁRIO DE QUESTÕES.....	107
II. ENTREVISTAS	112
3.2 RESULTADOS.....	113
I. FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	113
3.3 ENTREVISTAS.....	134
I. NIRSON MEDEIROS DA SILVA NETO – COORDENADOR DA CLÍNICA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DA AMAZÔNIA (CJUÁ), PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	134
II. PETRONELLA MARIA BOONEN – EDUCADORA DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO LIMPO (CHDEP).....	146
III. MARCELO SALMASO – JUIZ DE DIREITO, RELATOR DA MINUTA DA RESOLUÇÃO Nº 225/2016 E DO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA DO CNJ.....	154
CONCLUSÃO	165
I. PERFIL DAS INICIATIVAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL.....	166
II. DISCURSOS SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA COMUNIDADE E NO PODER JUDICIÁRIO	175
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	207
ANEXO B - RELAÇÃO DE NÚCLEOS E PROJETOS LEVANTADOS.....	209
ANEXO C - FORMULÁRIO DE QUESTÕES.....	237